

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

A GUERRA DO AFEGANISTÃO NOS JORNAIS: ESTUDO COMPARADO NO DIÁRIO DE NOTÍCIAS E NO EL PAÍS

André Pereira Matos¹

RESUMO

Os ataques de 11 de Setembro de 2001 aos Estados Unidos culminaram numa acção militar internacional contra o regime Taliban no Afeganistão. Nove anos depois, a guerra continua e aguardam-se aumentos dos recursos para aquele cenário, apesar de alguma relutância da Europa. O presente artigo tenta, nesse contexto, perceber quais as diferenças na abordagem mediática de dois jornais de referência europeus, um português e um espanhol, no sentido de descortinar algumas das eventuais motivações para essa diferente abordagem de um mesmo acontecimento internacional, partindo da análise prática de peças desses meios de comunicação e de um enquadramento teórico do jornalismo e da comunicação política.

Palavras-chave: Afeganistão, Comunicação Política, Guerra, Opinião Pública, Jornalismo.

ABSTRACT

The 9/11 attacks against the United States led to an international military action in order to depose the Taliban regime in Afghanistan. Nine years later, the war still carries on and an increase of the resources for that scenario is expected, despite some reluctance from Europe. This work tries, within this context, to realize what the differences are between the coverage of two European broadsheets, a Portuguese and a Spanish, in order to uncover some of the likely motivations that lay beyond different approaches of the same international issue. This is made through an empirical analysis of some news from those papers and through a theoretical framework from the Journalism and the Political Communication.

Key words: Afghanistan, Journalism, Political Communication, Public Opinion, War.

¹ Doutorando em Relações Internacionais, FCSH - Universidade Nova de Lisboa. Investigador Associado do CEPES (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade).

Recebido em 23/03/2011. Aprovado para publicação em 01/07/2011.

INTRODUÇÃO

O presente artigo surgiu do interesse em criar uma ponte entre as Relações Internacionais e as Ciências da Comunicação, duas áreas cuja correspondência não é assim tão regular, mas que poderia sê-lo. É desse ponto de partida que emerge este estudo: poder analisar um acontecimento internacional a partir de algumas matrizes fornecidas pelo corpo teórico das Relações Internacionais, mas com o especial contributo das Ciências da Comunicação, mais precisamente, do Jornalismo. É uma perspectiva que se mostrou bastante profícua nos resultados e original nos métodos.

O acontecimento seleccionado para este estudo foi a Guerra do Afeganistão, aquela que resultou dos ataques terroristas nos Estados Unidos e que a comunidade internacional continua a levar a cabo naquele país para dismantelar um conjunto de organizações fundamentalistas terroristas, que põem em causa a segurança de todo o mundo pelo seu radicalismo religioso.

A perspectiva apurada para a análise deste problema passou pelo estudo jornalístico comparativo na abordagem àquele mesmo acontecimento. Foram escolhidos dois jornais de referência, um português e um espanhol, e, a partir da aplicação de uma tabela de leitura das peças jornalísticas desses dois periódicos ibéricos, resultou todo um conjunto de dados, cujo objectivo passava por responder a algumas questões inicialmente colocadas.

Haverá, assim, alguma diferença na abordagem de um acontecimento internacional como a Guerra do Afeganistão por dois países geográfica e culturalmente tão próximos? Reflectirão os media o interesse ou desinteresse da opinião pública por tal assunto ou serão eles próprios que condicionam a sua

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

visibilidade e a recepção? Terá o envolvimento militar diferente em termos de número de participantes entre os dois países algum efeito na percepção daquela guerra? Que características mais distanciam os dois jornais? E quais as que mais os aproximam?

Essa análise prática foi então aplicada ao Diário de Notícias e ao El País, depois de definido o enquadramento cronológico, que a iria orientar. Pelo impacto mediático dos momentos, foram seleccionados os seguintes períodos: de 18 a 22 de Agosto de 2009 (altura das eleições presidenciais e provinciais no Afeganistão, que receberam uma grande atenção dos media internacionais), de 19 a 23 de Setembro (aquando da entrega do relatório McChrystal que pedia mais tropas e recursos para o terreno) e de 29 de Novembro a 3 de Dezembro de 2009 (por altura do discurso de Obama com a nova estratégia e algumas reacções dos seus parceiros europeus).

Contudo, essa aplicação e interpretação dos dados nunca seria possível sem um fundamental enquadramento teórico que prepara o terreno para essa análise, dotando-nos de uma breve reflexão sobre os conceitos mais importantes. A intenção é levantar algumas hipóteses, nunca encontrar respostas definitivas, e lançar, ao mesmo tempo, como referimos, pontes entre os dois ramos do conhecimento, que podem vir a intensificar este intercâmbio de forma proveitosa para os dois lados e para o conhecimento científico em geral.

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

I. A ESPECIFICIDADE DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA

As mudanças estruturais vividas nos últimos 25 anos transformaram, naturalmente, a realidade: a individualização, a secularização, a economização, a estetização e várias outras dinâmicas referidas por Maria João Silveirinha promoveram a “deslocação dos media para o centro do processo social”², tornando o acesso à informação dependente daqueles meios e criando uma comunidade “massmediada”³. E se prestarmos atenção a alguns pressupostos das democracias actuais, nomeadamente o da participação cívica e o da escolha racional, percebemos a importância de um público informado e interventivo nesse sistema que o acolhe.

Assim, a democracia surge como a “única forma de regime cuja legitimação implica necessariamente a comunicação”⁴, onde os media em geral funcionam como um vigilante do governo, sendo apelidados de “Quarto Poder”, “contra-poder” ou “cão de guarda”⁵ desse mesmo sistema democrático. Efectivamente, a liberdade de imprensa é, na actualidade, considerada um dos principais pressupostos de uma sociedade aberta, na qual os seus objectivos passam por transmitir uma imagem rigorosa do mundo⁶, dar a possibilidade ao público de reagir ao que se passa nesse mesmo mundo e “dar voz à opinião dos cidadãos e não apenas aos detentores de outras formas de poder”⁷. Daí que formas patológicas de jornalismo tenham consequências na saúde da democracia e da

² Blumer, Kanvanagh, 1999 apud Silveirinha, s/d.

³ Silveirinha, s/d.

⁴ Blumer, 1987 apud Ibidem

⁵ Do Inglês, “watchdog”.

⁶ Sem prejuízo do que defendemos em relação à dificuldade inerente à objectividade e factualidade absolutas na transmissão da realidade, uma vez que se trata, efectivamente, de uma construção intelectual, que acaba por, mais ou menos conscientemente, a distorcer.

⁷ Patterson, 2002, p. 35.

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

vivência cívica.⁸ Também Hermenegildo Borges reconhece o valor e a ligação entre estes dois pólos, quando afirma que:

Importa reconhecer que, nos regimes de democracia política, o jornalismo se funda nos princípios constitucionais da liberdade de expressão e, consciente do seu lugar e função na sociedade, procura nortear o seu agir por normativos deontológicos que sublinham o propósito de independência face ao poder político.⁹

Este autor cita mesmo Ayala, defendendo uma similitude entre o discurso parlamentar e o género editorial, acrescentando que o parlamento e a imprensa acabam por ser, nas sociedades democráticas, “indispensáveis, complementares e coordenados”¹⁰. Parece, então, evidente esta relação íntima entre política e comunicação. Compete-nos agora aprofundar essa relação.

Surge logo de início uma dificuldade nesse estudo, que Maria João Silveirinha¹¹ aponta na entrada do Dicionário de Filosofia Moral e Política, e que é a definição de Comunicação Política, uma vez que é difícil atingir a precisão de que ele necessita.

Em primeiro lugar, comecemos com a noção de “política”; parafraseando Miller,¹² esta consiste num processo em que várias pessoas com interesses

⁸ Patterson (2002, pp. 35 - 39) dá exemplos de formas patológicas de jornalismo, nomeadamente a tendência para criar cultos de personalidade (em torno de jornalistas), o isolamento do mundo real, um jornalismo ideológico, etc. Este autor argumenta ainda, num interessante artigo sobre esta temática, que, no seguimento deste jornalismo doente, “o conteúdo das notícias sobre os políticos, as instituições políticas (...) é cada vez mais negativo (...), [o que] desvaloriza, num minuto, o trabalho daqueles que dedicam as suas vidas ao serviço público” (Idem, pp. 39-40) ao assumirem os jornalistas esta “ideologia noticiosa”, pensando estar a fazer o melhor para a sociedade, sem se lembrar de que ninguém os elegeu.

⁹ Borges, 2010.

¹⁰ Ayala, 1984 apud Borges, 2010.

¹¹ (s/d)

¹² 1987 apud Ibidem.

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

distintos conseguem alcançar decisões conjuntas que são tidas como vinculativas. Ora este processo de alcançar algo em comum, como se sabe do quotidiano, implica negociação e convencer os outros, ou seja, a comunicação torna-se “um meio fundamental para efectivar a política”.¹³ Só que a Comunicação Política é mais do que reduzir a política a um instrumento da comunicação ou vice-versa; implica, isso sim, um relacionamento íntimo de ambos os conceitos, extrapolando o significado que cada um tem isoladamente, sendo que ambos se interceptam na preocupação com temas como a comunidade humana, o poder e o conflito, como adianta a mesma autora¹⁴.

Vera França apresenta outra possibilidade de abordagem ao mesmo conceito, argumentando que a política, vista sob esta perspectiva da comunicação, ultrapassa a esfera do governamental ou do institucional, situando-se ao nível da “forma mais elevada da convivência humana”,¹⁵ uma vez que permite que a expressão das diferenças não resulte constantemente em guerra total, mas possibilitando a discussão e a decisão em conjunto.¹⁶

Como síntese desta problemática muito superficialmente afluída, deixamos esta citação daquela autora que congrega em algumas linhas as principais ideias apresentadas:

E é essa dupla natureza, e a caracterização de um “conteúdo político” e uma “forma comunicativa” que facilita o equívoco de pensá-los separadamente (e/ou anular um dos dois). (...) O desafio de pensar a temática comunicação e política reside em articular a apreensão da

¹³ Ibidem.

¹⁴ Idem.

¹⁵ França, 2000, p. 12.

¹⁶ Chauí, 1995 apud Ibidem.

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

globalidade do processo comunicativo (...) com aquilo que ali se institui: uma prática política, uma disputa de posição, uma intervenção no mundo, a conformação de sujeitos.¹⁷

Desta forma, reconhecemos a existência de dois sistemas, o político e o mediático, que, apesar de terem interesses divergentes, partilham um mesmo percurso, onde todos tentam tirar mais-valias: os políticos tentam chegar aos cidadãos através dos media e estes procuram na política os acontecimentos que lhes garantam audiência, o que nem sempre, como seria de esperar, é compatível. Nesse sentido, digladiam-se, conseguindo que os cidadãos ponham em causa ambas as instâncias, como expõe João Canavilhas¹⁸ no seu artigo. A alternativa que o público encontra funda-se nos Talk Shows, onde não há mediação jornalística, e na Internet, que acaba também por permitir aos políticos um contacto imediato com o seu eleitorado¹⁹.

O próprio conceito de “Comunicação Política” evoluiu, acompanhando as novas tendências, e passou de um estudo da relação entre o governo e o eleitorado para incluir tudo o que está relacionado com o papel da comunicação na vida política, compreendendo os políticos, os jornalistas e a opinião pública como actores nesse processo sobre o qual passou a debruçar-se.²⁰ E o relacionamento entre essas mesmas entidades tornou-se fundamental para a democracia, permitindo a construção de uma “cidadania do conhecimento”²¹ e o livre acesso aos espaços de debate.

¹⁷ França, 2000, p. 13.

¹⁸ Canavilhas, 2009, p. 1.

¹⁹ João Canavilhas refere-se, por exemplo, aos blogues ou a outros dispositivos que têm acompanhado as últimas campanhas. (2009, p. 2 e sgs.)

²⁰ Idem, pp. 2, 3.

²¹ Idem, p. 3.

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

Daí que se compreenda a preocupação dos actores políticos com a imagem, previamente estudada pelas assessorias que tentam tirar o melhor partido de cada aparição, disfarçando os aspectos menos positivos,²² uma vez que a capacidade que os media têm, com o seu discurso não neutro, de produzir e criar símbolos é preciosa para aqueles que necessitam de “dominar o imaginário e o simbólico para se impor”,²³ os políticos.

Com essas imagens e esses símbolos que são constantemente transmitidos no sentido de criar uma certa entidade e empatia por determinados valores, é visado algo particular e específico da sociedade, a tão famosa “opinião pública”. Este conceito, juntamente com o de “espaço público”, torna-se central na análise política contemporânea, como tentaremos esclarecer. Para começar, citemos Alfredo Sauvy que considerava a opinião pública “uma potência anónima que pode tornar-se uma força política”²⁴.

Rita Figueiras²⁵ analisa na sua obra aqueles dois conceitos sob duas perspectivas: a da Filosofia Política e a das Ciências da Comunicação. No âmbito da primeira, a autora desenha uma evolução cronológica da opinião pública, remontando ao século XVIII e fazendo referência a alguns teóricos (Locke, Hobbes, Kant, Stuart Mill, etc.) que lhe dão uma definição moderna, enquanto “novo princípio de legitimidade política, baseada na livre discussão entre os cidadãos esclarecidos”²⁶. Esta é, naturalmente, uma visão iluminista que vai evoluindo com o tempo, mas que denota já a importância desta força sem rosto. Também no século das luzes, começa a definir-se um Espaço Público Liberal que tem uma burguesia activa como epicentro e que serve como espaço de mediação

²² Tarefa atribuída aos “spin doctors”, em Inglês.

²³ Orivaldo, 2004.

²⁴ Sauvy apud Figueiras, 2006, p. 9.

²⁵ Figueiras, 2006, p. 21.

²⁶ Idem, p. 22.

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

entre o Estado e a sociedade civil, resultado de uma nova racionalidade e de dinâmicas inculcadas por essa classe²⁷.

Contudo, a implementação de democracias de massas faz emergir uma sociedade que é representada por associações, partidos políticos e mesmo na imprensa, acabando com o elitismo presente na participação política da burguesia do século anterior. Os conceitos maturam, a sociedade vai-se modificando. Já no século XX, a introdução do número “torna-se a base da lógica democrática”²⁸ e, por conseguinte, são reintroduzidas técnicas manipulativas e propagandísticas que se movem no espaço público e que visam à opinião do grande grupo. Simultaneamente maturam também novas formas de interação e os actores políticos “já não controlam a cena pública e estão sobre uma constante vigilância mediática.”²⁹.

No espaço público actual é, como se pode compreender através deste percurso, primordial reconhecer a centralidade dos media, atendendo à “sua capacidade em marcar e conduzir, nomeadamente, a Agenda Política e orientar a Agenda Pública”³⁰ – por isso falávamos atrás de um “Quarto Poder”, na medida em que funciona também como um elo entre o público, a opinião pública e os processos de decisão. Neste processo de massificação da cultura e da vivência nas sociedades contemporâneas, a televisão surge como novo espaço público, de debate e com “um papel chave na mediatização das democracias e na formação da Opinião Pública”³¹, mais do que um Parlamento, por exemplo.

Em termos de Ciências da Comunicação, estes conceitos são abordados por outra perspectiva, que se prende com os efeitos da comunicação na formação da

²⁷ Idem: 23.

²⁸ Idem, p. 25.

²⁹ Idem, p. 26.

³⁰ Idem, p. 29.

³¹ Idem, p. 33.

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

opinião dos indivíduos. Há várias respostas para esse problema e, conseqüentemente, várias teorias: umas que advogam que os media são necessários e suficientes para mudar a opinião, outras que dizem que eles são necessários, mas não suficientes; há os que acentuam a capacidade de resistência do receptor à mensagem³²; contudo, pela sua maior completude, apresentaríamos em maior detalhe a Teoria dos Efeitos Cognitivos³³, que já referimos acima. Segundo esta teoria, os efeitos dos media são percebidos em longo prazo e cumulativamente e já não como influenciadores de uma opinião ou comportamento particulares, mas sim com um efeito cognitivo, mais profundo e estável, colocando a ênfase na recepção da mensagem e na proactividade do indivíduo³⁴.

De facto, o indivíduo não deve ser encarado como um ser completamente passivo, sem capacidade de seleccionar e processar a informação que recebe. No entanto, a transmissão da informação/conhecimento não se faz toda da mesma forma. Hermenegildo Borges distingue, na retórica do jornalismo, um de natureza editorial e outro de natureza informativa; entre estes, um releva a racionalidade e a objectividade, e o outro os “artifícios retóricos”³⁵. O primeiro tem, compreensivelmente, segundo o mesmo autor, um papel importante na formação de uma opinião pública esclarecida, uma vez que se baseia em “transmitir ao outro, o cidadão, um saber que é suposto ele ignorar.”³⁶.

Mas nem todos os tipos de jornalismo seguem este preceito; na realidade, o jornalismo editorial ou de opinião têm traços bastante distintos. Nos jornais, por exemplo, o espaço opinião é “o conjunto de páginas cujo título referencial indica

³² Idem, p. 34.

³³ Sobre a Teoria do Efeito Cognitivo, ler FIGUEIRAS, 2005, pp. 36-30, onde estão desenvolvidas as correntes daquela teoria: a hipótese da agenda-setting, a espiral do silêncio e a hipótese do distanciamento.

³⁴ Idem, p. 35.

³⁵ BorgesS, 2010.

³⁶ Patrick Charadeau apud Borges, 2010.

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

que estamos perante uma secção dedicada à manifestação directa de opiniões”³⁷. E essas opiniões são veiculadas pelos comentadores; estes são frequentemente apelidados de “opinion-makers”, uma vez que pela exposição do seu ponto de vista pessoal, acaba por “fazer” ou “construir” outras opiniões, que lhe seguirão a perspectiva.

A aposta neste tipo de jornalismo é vista muitas vezes como estratégia comercial de concorrência e, a partir de dados de um estudo realizado por Rita Figueiras³⁸, o número de comentadores na imprensa de referência portuguesa tem vindo a aumentar: de 51 em 1980, passou para 120 em 1999, e 152 em 2005. Maioritariamente recrutados fora do campo dos media, a visibilidade e a extensão destes comentários têm também elas vindo a sentir um aumento, o que é, para a mesma autora, reflexo da valorização da opinião e do debate na sociedade democrática, como “bem social” da cidadania³⁹.

Nesse sentido, os comentadores políticos têm uma grande possibilidade de se tornar um “agenda-setter”, participando na construção da agenda mediática⁴⁰ e passando, muitas vezes, a ser vistos como “vedetas”, que ajudam a promover o meio onde se encontram e, em troca, esse meio mantém-nos nos circuitos mediáticos⁴¹. Naturalmente que num domínio como este, o da opinião, os comentadores não são neutros; como diria Rita Figueiras⁴², a sua neutralidade “integra-se na ‘ideologia da objectividade’” e acabam sempre por influenciar a forma de pensar das pessoas que os escutam.

³⁷ Figueiras, 2007, p. 108.

³⁸ Idem, pp. 111 e sgs.

³⁹ Habermas, 1984 apud Figueira, 2007, p. 113.

⁴⁰ Idem, p. 127.

⁴¹ Figueira, 2005, p. 16.

⁴² Idem, p. 10.

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

O The New York Times é um dos jornais mais prestigiados dos Estados Unidos, principalmente em termos de política externa, sendo muito influente junto da elite acadêmica e política⁴³. Contudo, mesmo este periódico é marcado, em termos de opinião presente nas suas páginas, por uma “constructed deliberation”⁴⁴ e, ainda que recrutem comentadores de diversas áreas, acabam não por representar a opinião pública geral, mas por seguir a linha editorial.⁴⁵ Mas qual a importância das visões daquele jornal no debate nacional, uma vez que as pessoas poderiam ler outras opiniões noutros jornais e decidir qual o que fazia mais sentido? Na realidade, a centralidade do NYT teve, por exemplo, um grande impacto no debate sobre o Iraque, como explica o autor: “The limitations of debate in the Times were in fact matched in many or most other print and electronic media”.⁴⁶

Os meios de comunicação são, assim, fundamentais para a uma opinião pública informada e para a “saúde” da democracia. O exemplo da China é flagrante⁴⁷ e o papel dos media nos conflitos, por exemplo, podem influenciar a própria realidade, quer através da propaganda, da opinião pública, da tomada de decisões ou da publicidade (nomeadamente a terroristas).⁴⁸ Um conjunto de autores fez também um estudo sobre o conhecimento de assuntos internacionais, comparando os europeus e os norte-americanos, do qual resultou uma conclusão que remata esta breve abordagem: nos EUA, assiste-se mais a canais privados e as notícias são muito “domesticadas”; pelo contrário, na Europa, a predominância é para os públicos e os assuntos internacionais têm um destaque muito maior do

⁴³ Page, 1996, p. 17.

⁴⁴ Idem, p. 20

⁴⁵ “Perhaps the most compelling evidence of constructed deliberation comes from the fact that the entire assemblage of the *Times*’ editorials, op-ed columns, and letters to the editor about Iraq formed a coherent whole, which is best understood in terms of the editors’ own policy preferences.” (Page, 1996, p. 26).

⁴⁶ Idem, p. 37

⁴⁷ Patterson, 2002, p. 33

⁴⁸ Sobre este assunto, ler Wolsfeld, 2003: 139- 145.

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

que do outro lado do Atlântico. Como consequência, a ignorância de factos internacionais relevantes nos EUA situa-se nos 37%, enquanto que na Europa se restringe a 19%.⁴⁹ De facto, os media contribuem para o conhecimento da sociedade, promovendo, nesse sentido, uma maior consciência e envolvimento cívico, político e democrático.

II. ESTUDO DE CASO: O DIÁRIO DE NOTÍCIAS E O EL PAÍS

2.1. A situação do Afeganistão – breve contextualização

O 11 de Setembro foi uma data marcante para os Estados Unidos e para todo o mundo, após os atentados terroristas contra o World Trade Center. Muitos historiadores, aliás, marcam o início do século XXI nessa mesma data, da qual resultou uma Guerra ao Terrorismo, encabeçada pelos EUA, que se concretizou, num primeiro momento, na invasão do Afeganistão por uma coligação internacional com a aprovação da ONU⁵⁰.

Inicialmente muito apoiada em termos de opinião pública, a atenção, quer da opinião pública, quer mesmo dos recursos americanos, foi-se desviando para outro cenário bélico, criado em 2003, aquando da invasão coerciva e unilateral do Iraque. A Guerra do Afeganistão ficou, assim, “órfã”⁵¹. No entanto, Barack Obama, que era Senador e sempre se opôs à intervenção no Iraque, ao entrar na Casa Branca, começou um processo progressivo de retirada daquele país, ao mesmo tempo em que defendeu a Guerra do Afeganistão por considerá-la sub-financiada,

⁴⁹ Iyengar, et. al., 2009.

⁵⁰ Matos, 2010, p. 15.

⁵¹ Bearden, 2009 apud Matos, 2010, p. 20.

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

crucial no combate ao terrorismo e na promoção da segurança internacional⁵². E esta posição, já bem conhecida e repetida em vários discursos de Obama durante a sua campanha, originou a redefinição da estratégia americana, anunciada em Março, que passou pelo aumento dos recursos para aquele cenário bélico, tanto em termos de força militar e civil, como de investimentos ao desenvolvimento⁵³.

Em Agosto de 2009, dão-se as eleições presidenciais e provinciais na República Islâmica do Afeganistão marcadas pela insegurança e pelas constantes ameaças dos Taliban em boicotar todo o processo, recorrendo à força e à violência. No entanto, a situação não se revelou tão dramática quanto isso e todo o escrutínio foi acompanhado pelo mundo, uma vez que os procedimentos e a seriedade daquele processo seriam pedras fulcrais no desenvolvimento do país, que é conhecido pelas fraudes e pela corrupção⁵⁴.

Na sequência de um relatório do “estado da guerra” do Afeganistão pedido pelo Presidente dos Estados Unidos, o General McChrystal apresenta, em Setembro de 2009, um relatório que dá conta da possibilidade de derrota naquele cenário, caso não se alterasse a estratégia que estavam a desenvolver. Essa alteração passaria, segundo o relatório, pelo reforço do contingente militar na ordem dos 30 000 a 40 000 homens, do financiamento, da presença civil, etc.⁵⁵

Passados quase três meses, em Dezembro do mesmo ano, Barack Obama anunciou a já muito esperada nova estratégia para o Afeganistão, que seguiu os conselhos de McChrystal e de outras individualidades que o Presidente consultou. E apesar de esta guerra ter sido sempre defendida pelo candidato

⁵² Matos, 2010, p. 17, 18.

⁵³ Idem, p. 19.

⁵⁴ Idem, p. 21,22.

⁵⁵ Idem, p. 23 e sgs.

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

democrata à Casa Branca, a sua popularidade junto da opinião pública veio a decair:

“Desde Março até Dezembro de 2009, a aprovação dos americanos relativamente à forma como Obama lidou com a política externa foi num decrescendo de 56% até 46%, segundo um estudo da Quinnipiac University Polling Institute.”⁵⁶

Certamente que incluída nesta “política externa” está o descrédito numa guerra que dura oito anos, sem resultados visíveis e com muitas perdas humanas. No entanto, Obama continuou peremptório em defender aquilo em que acreditava e que dera, não obstante, a conhecer durante a campanha. Ao mesmo tempo, exigiu da Europa, o seu principal parceiro, um maior envolvimento naquela guerra, que não era, afinal, só dos Estados Unidos, mas de toda a comunidade internacional, ameaçada pelo fundamentalismo islâmico.

Na verdade, para os Europeus, aquela parecia uma guerra distante à qual não estão muito ligados. E é precisamente para perceber essa ligação de alguns europeus, portugueses e espanhóis, neste caso concreto, que realizámos o levantamento das peças presentes em dois jornais de referência para aqueles países e passaremos a analisar.

⁵⁶ Idem, p. 27.

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

2.2. Apresentação sumária dos dados e construção de hipóteses de explicação

A componente prática deste estudo baseou-se, como referimos acima, na análise de artigos de dois jornais de referência: para Portugal, o Diário de Notícias, o quarto jornal diário em termos de tiragem, com uma média de 62 mil exemplares; para Espanha, foi escolhido o El País, “pela prioridade que confer[e] aos temas de interesse público, e sendo o mais lido pelas elites socioculturais” espanholas⁵⁷, com uma tiragem de mais de 300 000 exemplares diários e um estilo sóbrio que lhe garante a primeira posição dos não desportivos mais lidos em Espanha.

Para essa análise, foi construída uma tabela (disponível nos Anexos), que foi aplicada aos dois periódicos em três espaços de tempo distintos, inclusive: de 18 a 22 de Agosto de 2009 (altura das eleições), de 19 a 23 de Setembro (entrega do relatório McChrystal) e de 29 de Novembro a 3 de Dezembro de 2009 (discurso de Obama com a nova estratégia e algumas reacções). Partindo destas balizas cronológicas e da referida tabela, passaremos a uma análise, tentando gizar algumas hipóteses de explicação para os resultados lá representados.

Durante a leitura dos artigos dos dois jornais, começaram a consolidar-se algumas diferenças entre os dois periódicos. Como encarariam dois países europeus uma guerra longínqua da Ásia Central? Será que terem contingentes com valores muito distintos afectaria a forma como os media transmitiriam as notícias daquele lado do mundo? Estaria a opinião pública espanhola mais interessada no conflito, porque com mais interesses em jogo, desde logo as

⁵⁷ Ponte, 2002, p. 71.

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

perdas que têm vindo a sentir? Focar-se-iam os media de um país mais em acontecimentos de violência e os do outro nos sucessos alcançados? Ver-se-iam os cidadãos parte do conflito?

Estas eram, efectivamente, algumas das perguntas orientadoras. Com os números que de seguida apresentaremos, há uma tentativa, ainda que bastante simplista, de abordar estas questões tão complexas e com múltiplos factores que, pelas características deste estudo, são impossíveis de analisar. No entanto, algumas conclusões podem ser retiradas daqui e, quem sabe, lançar algumas dúvidas que aprofundem esta investigação, quase exploratória da questão.

Perguntávamo-nos, então, se os media espanhóis teriam mais interesse em relatar acontecimentos da guerra afegã do que os portugueses. Se procurarmos uma resposta na tabela, a tendência será para dizer que não. Efectivamente, no período analisado, o Diário de Notícias apresentou um total de 29 peças, enquanto que o El País chegou às 31 – nada de muito significativo em termos comparativos. Há, no entanto, outras diferenças: enquanto que o El País ultrapassou em muito o número de peças do DN relativamente ao anúncio do relatório de McChrystal, já o jornal português se sobrepôs em termos absolutos na questão das eleições. Algumas hipóteses podemos já arriscar-nos a levantar – por exemplo, que os meios de comunicação espanhóis, por estarem mais alerta relativamente ao envio de tropas ou ao seu regresso, tenham optado por esse enfoque, enquanto que os portugueses foram mais na onda de um agendamento mediático internacional que se construiu aquando das eleições presidenciais e provinciais naquele país.

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

A este propósito, merece uma breve referência o artigo do americano David Folkenflik⁵⁸, que questiona os media sobre a sua cobertura da Guerra do Afeganistão: “Why haven’t you seen a lot more coverage, given that we’ve been fighting there [in Afghanistan] for nearly eight years?”. E esta pergunta é muito pertinente se continuarmos a leitura do mesmo artigo que revela que este conflito bélico, onde os próprios Estados Unidos estão tão envolvidos, apenas recebeu 2% de toda a cobertura noticiosa desde 1 de Janeiro de 2009⁵⁹ (Ibidem). Tanta cobertura como a morte de Michael Jackson (que tinha sido apenas em Junho). O autor defende que a invasão do Iraque retirou muita da atenção àquele outro país e que: “Iraq steals a lot of oxygen, and you really have to try to get people to care about this. It’s not easy.”⁶⁰

Um outro estudo sobre a cobertura mediática desta guerra, do Pew Research Center’s Project for Excellence in Journalism (2002), adianta algumas conclusões interessantes, nomeadamente a de que o 11 de Setembro e a consequente Guerra no Afeganistão tiveram uma grande atenção mediática e que, no início dessa mesma guerra, a produção jornalística era baseada na “factualidade e em fontes sólidas”⁶¹, uma vez que aquele mesmo centro de investigação tinha chegado à conclusão que 75% das notícias era uma apresentação objectiva dos factos. Com o passar do tempo, os níveis de factualidade e objectividade, principalmente no Afeganistão, porque é um cenário longínquo e mais caro aos meios de comunicação, começaram a baixar “para níveis inferiores àqueles vistos no meio do escândalo Clinton-Lewinsky”⁶². Esta instituição adianta que a escassez de informações relativamente ao Afeganistão

⁵⁸ Folkenflik, 2009.

⁵⁹ O artigo é de Agosto desse mesmo ano.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ Tradução do autor.

⁶² Pew Research Center, 2009. Tradução do autor.

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

foi a principal responsável pelo declínio da factualidade em detrimento da interpretação, porque quanto menos informação derem aos jornalistas, mais terão estes que interpretar, como refere o mesmo artigo.

Mas retomando a realidade europeia, que supostamente estaria muito mais desligada do Afeganistão por razões que parecem óbvias à dinâmica deste conflito, podemos ainda referir que, em termos percentuais relativos da atenção dada a cada um dos tópicos apresentados, os dois periódicos ibéricos revelaram um grande equilíbrio na sua abordagem, sem se notar, com grande nitidez, alguma preferência mais evidente.

Contudo, essa harmonia nos números já não está presente quando falamos da assinatura dos artigos: o diário espanhol optou, com uma larga vantagem, por fazer assinar os seus artigos; pelo contrário, apesar do Diário de Notícias também ter a maioria do nome dos jornalistas responsáveis pela notícia, esta prática não foi tão generalizada como no correspondente espanhol. Da leitura dos dois jornais, salta à vista este facto, não pela assinatura em si, mas por um dado que vamos desenvolver mais em frente e que se prende com o aprofundamento dos artigos. Muitas vezes, os artigos portugueses remetiam-se apenas a pequenas caixas ou artigos de reduzidas dimensões, pelo que o nome do jornalista não constava, ao contrário do que acontecia com o El País, como veremos com mais pormenor adiante.

Outro dos factos que se destaca desta análise é a existência, no seio do El País, de enviados especiais ao Afeganistão – o que não aconteceu com tanta frequência, sendo eufemístico, com o periódico lusitano. Isto é, claramente, um sinal de duas realidades cujo peso relativo não estamos em condições para avaliar: uma está relacionada com a capacidade financeira dos meios de

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

comunicação em questão – com uma tiragem dez vezes superior, é natural que os recursos do El País promovam situações com esta que acabámos de referir –; por outro lado, há ainda o interesse na temática em si.

De forma muito pragmática e simplista, a leitura dos números referentes ao local da peça no jornal leva-nos a acreditar que os espanhóis entendem que fazer referência à Guerra onde centenas dos seus conterrâneos arriscam a vida chamará a atenção e provocará o interesse dos leitores de Espanha. Se adicionarmos a percentagem de peças que são referenciadas na primeira página do jornal, quer por manchete quer por chamada, obtemos o elevadíssimo valor de 61,3%, enquanto que o Diário de Notícias não chamou a atenção dos leitores portugueses para uma notícia desta natureza mais do que em 7% das peças publicadas. É, de facto, revelador – e mais do que sugerir uma falta de interesse dos media, pode significar um não interesse da sociedade portuguesa que mal terá noção da existência deste conflito.⁶³

Juntemos mais números a esta nossa viagem pela matemática dos media ibéricos. Em termos de extensão, 38% dos artigos do DN eram constituídos apenas por um parágrafo. Na realidade, a maioria, cerca de 55%, continha 6 ou mais. Mas se compararmos esses valores com os do El País, facilmente percebemos que o grau de desenvolvimento das notícias foi nitidamente inferior no caso português, senão veja-se os elevados 61% espanhóis, juntamente com os 16% das notícias com 5 parágrafos, que é também, mais extenso do que aquele peso relativo parágrafo único luso. E se restavam dúvidas quanto à validade do tamanho da notícia, as diferenças nos graus de aprofundamento podem ajudar a esclarecê-las: 55% das peças espanholas foram consideradas aprofundadas,

⁶³ Esta seria, aliás, uma investigação muito interessante a fazer, comparando, por exemplo, o conhecimento dos portugueses em relação à guerra do Iraque e do Afeganistão.

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

contra as 28% portuguesas; sem esquecer igualmente os representativos 38% de notícias bastante superficiais do DN, em contraposição aos 13% do outro jornal. Esta classificação foi resultado de uma avaliação subjectiva, é certo e temos que reconhecê-lo; no entanto, acaba por ser validada, dentro das suas imperfeições, por todo um conjunto de informações que apontam no mesmo sentido.

Relativamente às vozes ouvidas, há várias diferenças quanto às fontes usadas. Por exemplo, o DN usou mais informações veiculadas por agências ou outros media do que o El País, assim como também fez ouvir mais responsáveis militares e organizações internacionais. Pelo contrário, o diário espanhol recorreu mais a peritos⁶⁴ e a “outros”. Este “outros” pode parecer despropositado neste contexto, mas releva o facto de, nesta categoria, estarem incluídas, por imprecisão metodológica, os cidadãos – daí os valores serem relativamente altos e por isso a incluímos neste comentário.

Enquanto adereço das peças e como forma de captar a atenção do leitor, assim como mostrar uma realidade sob uma perspectiva diferente, as imagens podem beneficiar uma qualquer peça, complementando-a. Ambos os periódicos em análise usaram esta estratégia de forma bastante recorrente sem haver uma diferenciação entre ambos que mereça uma grande reflexão da nossa parte. E, assim sendo, movemo-nos para outra estratégia usada na construção da notícia e que são os números. Baluarte da objectividade, os dados quantitativos suportam a tese de uma notícia e dão-lhe uma maior credibilidade, uma vez que funcionam como provas, quase indesmentíveis daquilo que o jornalista narra. Nesse sentido, há a destacar uma utilização bastante recorrente por parte de ambos os jornais diários ibéricos, sendo que não podemos deixar de apontar uma ligeira vantagem por parte do El País, que apresentou mais dados estatísticos ou outros, que o

⁶⁴ Esta categoria incluía não só peritos, mas académicos e estudos científicos.

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

Diário de Notícias (talvez porque também citou mais estudos científicos e peritos, que se socorrem igualmente desta estratégia para consolidar as suas teses).

Mas a objectividade não é o único valor presente na selecção das peças jornalísticas. Como verificámos nos capítulos anteriores, a opinião e a subjectividade constituem igualmente o corpus de um qualquer meio noticioso. Nos artigos 14 e 15, percebemos que, ainda assim, os dois jornais preferiram usar um jornalismo mais factual, sendo que os artigos de opinião sobre o caso afegão não abundaram em nenhum dos casos. Não obstante, a diferença de valores entre o El País e o DN é de salientar, porque nos referimos a uma divergência entre um quarto e um décimo dos artigos que são de natureza editorial ou de opinião, respectivamente. Somos levados, com estes dados, a extrapolar algumas hipóteses que daqui parecem emergir, nomeadamente o facto de, em Espanha, esta temática parecer suscitar uma maior discussão pública e a necessidade de exprimir os pontos de vista pessoais, defendendo ou criticando a presença militar internacional no Afeganistão ou, como é mais comum, a presença do próprio país naquele cenário bélico. Apesar de poucas, por mais vezes do que em Portugal, este assunto foi abordado tendo em conta uma perspectiva nacional, mais do que de um acontecimento internacional que ele, obrigatoriamente, é.

Além disso, merece ainda a nossa consideração a referência explícita da participação de cada um dos países naquela guerra. Só 10% das peças o referia relativamente a Portugal, ao contrário dos 22% de menções a esse facto do outro lado da fronteira. Isto porque, na realidade, não podemos ignorar que Espanha tem no terreno mais de 1 000 militares, contra os 150 portugueses que servem a NATO no Afeganistão, o que implica, necessariamente, mais baixas, que são sempre recebidas com pesar e consternação contra uma guerra cujos objectivos

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

muitos cidadãos não compreendem e pela qual, atendendo também a essas condicionantes, estão mais interessados.

Retomando a temática dos artigos de opinião, atentemos na tendência das peças para manifestarem a sua posição relativamente à presença militar no Afeganistão. Os valores elevados de “Nenhum” são reflexo de um jornalismo informativo objectivo, que não deixava perceber ou transparecer uma daquelas posições. Pelo contrário, os artigos de opinião, pela sua natureza pessoal e interpretativa, permitiam já algumas deduções. Interessantemente, o El País apresenta o mesmo número de artigos contra e a favor daquela situação. Estamos conscientes do valor desta amostra que não será, certamente, representativa, mas pelo menos nos permite afirmar com alguma segurança que não existem diferenças gritantes na publicação de apenas uma das visões neste periódico. Quanto ao Diário de Notícias, apesar da ligeira diferença, não a consideramos suficientemente visível ou representativa de uma qualquer opção editorial daquele jornal, no sentido da “construção deliberada” de que falávamos atrás. E este aspecto surge-nos como positivo, atendendo à responsabilidade destes jornais nos panoramas dos países onde são publicados, uma vez que terão, grosso modo, a tendência para trazer à audiência não uma visão, mas a pluralidade de visões que constituem a sociedade, com todas as consequências positivas que daí advêm e que abordámos nos capítulos anteriores.

A situação no Afeganistão é, compreensivelmente, complexa e dinâmica, constituída por uma série de aspectos que podem ser considerados aquando da sua abordagem. Por que ângulos foi, então, vista nos dois meios? Ambos os jornais privilegiaram nas suas peças uma abordagem político-militar, no seguimento das principais preocupações que estão relacionadas com aquele contexto (as questões democráticas e de segurança, por exemplo). Contudo, de

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

destacar ainda o pouco relevo dado à vertente económica e à diferença do El País e do Diário de Notícias, quer em termos da consideração de perspectivas sociais, em vantagem no primeiro, quer em termos de perspectivas humanitárias, onde o português leva vantagem.

Finalmente, e para terminar este rol de números e hipóteses levantadas a partir deles, chamamos a atenção para a grande variedade de protagonistas nas peças analisadas. Sem um significado aparente, os dois jornais iam distribuindo a referência àquelas entidades pelos seus artigos. Destaque para a maior intensidade na referência a Karzai e à ONU/NATO pelo El País, assim como na alusão à Al-Qaeda ou a Bin Laden pelo DN.

De facto, apesar de ambos partilharem o contexto europeu e o distanciamento geográfico do cenário de guerra afegão, são várias as diferenças que os separam, a forma como a opinião pública trata este mesmo assunto e, consequentemente ou causado por, a dedicação dos media de cada um dos países a esta temática. A análise realizada, ainda que incompleta e não muito profunda, permitiu inferir algumas destas conclusões e apontar para uma forma diferente no aprofundamento do tratamento da Guerra afegã nos meios de comunicação impressa. Em suma, mais do que uma diferença quantitativa na abordagem, que também existe, é na qualidade em termos de atenção e esforço gasto que os dois países apresentam um maior hiato.

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

CONCLUSÃO

E foi assim que tentámos estabelecer a ponte entre as duas áreas do conhecimento. Além dessa, fizemos um esforço para construir uma outra ponte entre a abordagem mediática (jornalística impressa) portuguesa e espanhola, no sentido de desfazermos algumas das dúvidas que apresentámos no início deste trabalho.

Elas foram sendo respondidas através do levantamento de uma série de hipóteses que carecem, contudo, de um aprofundamento que não era realizável no âmbito deste estudo. Ainda assim, traçámos algumas matrizes que orientam já o pensamento sobre estas questões.

Destacamos a similitude entre os dois media em termos de número de artigos sobre o Afeganistão, assim como na transmissão para o público de vários pontos de vista, mas não podemos deixar de apontar igualmente algumas diferenças. Elas prendem-se, sobretudo, com a profundidade que cada um dos jornais dá ao artigo: em termos de tamanho, de detalhe e mesmo de destaque para o consumidor. Quase que podemos dizer que o Diário de Notícias vulgariza o acontecimento, enquanto que o El País o enfatiza, para usarmos a terminologia de Hermegenildo Borges.

O cerne da discussão passa assim a residir não só nestas diferenças, mas também no que está por detrás delas, o que nos remete para a discussão teórica dos primeiros capítulos. Na verdade, a discussão em torno do Afeganistão em Portugal é praticamente inexistente; pelo contrário, na vizinha Espanha, essa discussão, ainda que não muito intensa ou recorrente, é mais assídua no espaço público. Será que por influência dos media – mais atentos e com mais recursos

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

para questões como estas – ou por pressão da opinião pública que se preocupa efectivamente com um cenário de guerra onde vários conterrâneos arriscam a vida?

Provavelmente a resposta reside numa mistura de ambos, mas o que é certo é que é difícil medir o peso relativo de cada uma dessas variáveis e que, efectivamente, a agenda pública, política e mediática são três entidades dinâmicas, que se inter-relacionam e que vão promovendo a discussão e a reflexão no seio de uma qualquer sociedade democrática.

BIBLIOGRAFIA

BORGES, H. Ministrado no Seminário de Media e Jornalismo do Curso de Doutoramento em Ciências da Comunicação. Sessões de 8 e 15 de Janeiro de 2010. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2010.

CANAVILHAS, J. **A comunicação Política na Era da Internet**. Universidade da Beira Interior, 2009. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-comunicacao-politica-na-era-da-internet.pdf>> Acesso em: 23 novembro 2009.

FIGUEIRAS, R. **Os comentadores e os Media. Os autores das colunas de opinião**. Lisboa, Livros Horizonte, Colecção Media e Jornalismo, 2005.

FIGUEIRAS, R. **Os comentadores na imprensa de referência: 2000-2005**. In: FERIN, I. (coord). **Jornalismo e democracia**. Lisboa: Paulus, 2007.

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

www.revistaintellector.cenegri.org.br

FOLKENFLIK, D. **Hey, Media: Where's The Afghanistan Coverage?** National Public Radio, Agosto de 2009. Disponível em:

<<http://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=112030088>>. Acesso em 12 outubro 2009.

FRANÇA, V. V. Comunicação e política: edifica-se uma tradição? **Revista Eletrônica da Compôs**. 2000. Disponível em:

<<http://www.facom.ufba.br/revistacompos/compol.doc>>. Acesso em: 08 janeiro 2010.

IYENGAR, S. et ali. 'Dark Areas of Ignorance' Revisited. **Communication Research**. v. 59, n. 3, ju. 2009.

MATOS, A. **Obama e o Afeganistão: o antes e o depois**. Trabalho de avaliação apresentado no âmbito do curso de Doutorado em Relações Internacionais, inédito. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2010.

PAGE, B. **Who Deliberates? Mass media in modern democracy**. London, The University of Chicago Press, 1996.

PATTERSON, T. Os media como actores políticos. In Centro de Investigação Media e Jornalismo (dir). **Media, Jornalismo e Democracia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

PEW RESEARCH CENTER. **Pew Research Center's Project for Excellence in Journalism**, 22 de Janeiro de 2002. Disponível em: < <http://www.journalism.org/node/281>>. Acesso em 15 novembro 2009.

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

www.revistaintellector.cenegri.org.br

PONTE, C. Kosovo: a voz editorial em El País e Público. In Centro de Investigação Media e Jornalismo (dir). **Media, Jornalismo e Democracia**. Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

SILVEIRINHA, M. J., Comunicação Política. Entrada do **Dicionário de Filosofia Moral e Política**. Instituto de Filosofia da Linguagem, Universidade Nova de Lisboa, s/d. Disponível em:

<<http://www.ifl.pt/main/Publicacoes/Online/DictionaryofMoralandPoliticalPhilosophy/tabid/72/Default.aspx>>. Acesso em: 6 janeiro 2010.

WOLSFELD, G. Media, Conflict, And Peace. In MAAREK, P.; WOLSFELD, G. (eds.) **Political Communication in a New Era - a cross-national perspective**. Londres/Nova York: Routledge, 2003.

CENEGRI
CENTRO DE ESTUDOS EM
GEOPOLÍTICA & RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

Ano VII	Volume VIII	Nº 15	Julho/Dezembro 2011	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	-------------	-------	---------------------	----------------	----------------

ANEXOS

Tabela 1: resultados em números absolutos da análise de conteúdo – Parte I

RESULTADOS EM NÚMEROS ABSOLUTOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO (DIÁRIO DE NOTÍCIAS & EL PAÍS) – PARTE I

N.º	Local da Peça				Autor		Vozes										Local	Foto	N.º Parágrafos						Artigo					
	Manchete	Chamada 1ª página	Dossier	Artigo - interior	Caixa	Assinado	Não assinado	Agência	Out. Media	Peritos	Resp. milit.	O.I.s	inst. nacional	inst. estrangeira	Outros	NA			Afganistão	ES / PT	NA	Sim	Não	1		2	3	4	5	6 ou +
DN-Estrat.	0	2	0	3	4	3	6	0	0	1	1	3	0	1	5	3	2	0	1	8	6	3	4	0	1	0	0	4	8	1
DN - Eleições	0	0	1	10	4	10	5	0	2	2	4	4	7	1	6	1	4	1	1	13	9	6	5	0	0	0	10	13	2	
DN-McCury	0	0	0	3	2	2	3	0	0	2	1	1	2	1	1	0	1	0	1	4	2	3	2	0	0	1	0	2	5	0
TOTAIS DN	0	2	1	16	10	15	14	0	2	5	6	8	9	3	12	4	7	1	3	25	17	12	11	0	1	1	0	16	26	3
EP-Estrat.	2	6	0	2	0	8	1	1	0	0	2	1	1	2	4	1	2	1	2	7	6	4	0	0	1	1	1	7	8	2
EP-Eleições	2	8	0	6	1	11	5	1	0	2	7	1	5	0	4	7	6	8	3	6	10	7	0	0	2	3	4	8	11	6
EP-McCury	0	1	0	3	1	4	0	0	0	3	0	2	2	1	3	0	0	0	1	3	4	0	0	0	0	0	0	4	4	0
TOTAIS EP	4	15	0	11	2	23	6	2	0	5	9	4	8	3	11	8	8	9	6	16	20	11	0	0	3	4	5	19	23	8

Legenda:

- Resp. Milit. = responsáveis militares;
- O.I.s = Organizações Internacionais (ONU, NATO, AMI, BM, FMI, etc.)
- Inst. Nac. = Instituição nacional (governo nacional, por exemplo)
- Inst. Estrangeira = Instituição estrangeira (governos ou entidades de outros países que não internacionais)
- N.A. = Não aplicável / Não tem / Não refere
- ES / PT = Espanha / Portugal



Tabela 2: Resultados em números absolutos da análise de conteúdo – Parte II

RESULTADOS EM NÚMEROS ABSOLUTOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO (DIÁRIO DE NOTÍCIAS & EL PAÍS) – PARTE II

N.º	Tendência		Perspectiva	Ref. Envol. P	Protagonistas; Personalidades												Aprofunda/			Ângulo de análise				Estatística					
	Favorável	Contra			Nenhuma	Ass. Nacional	Ass. Intern.	Sim	Não	PAM	Obama	Karzai	MNE/MD	Pol' afegãos	Ban Ki-Moon	McChrystal	Gates	H. Clinton	Taliban	Al-Qaeda/bm Laden	NATO-ONU	Outro	Superficial	Moderado	Aprofundado	Social	Militar	Político	Humanitário
DN-Estrat.	2	1	5	1	8	1	8	0	7	2	1	0	0	2	1	2	5	0	3	4	2	0	8	8	2	1	3	6	
DN - Eleições	1	1	13	1	14	1	14	0	3	6	1	6	0	1	0	0	7	7	6	4	7	8	10	12	7	1	12	3	
DN-McChr	0	0	5	2	3	1	4	1	1	0	0	0	1	0	0	0	2	4	2	3	1	0	5	2	0	0	1	4	
TOTAIS DN	3	2	23	4	25	3	26	1	11	8	2	6	0	4	1	2	14	11	11	11	10	8	23	22	9	2	16	13	
EP-Estrat.	1	0	9	1	9	4	6	1	9	6	0	0	0	5	1	1	3	9	4	0	4	2	10	10	1	1	10	0	
EP-Eleições	2	3	12	3	14	2	15	0	6	13	1	12	0	1	1	0	3	12	4	4	5	14	12	16	5	1	8	9	
EP-McChr	0	0	4	1	3	1	3	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	3	3	0	1	0	4	3	1	0	2	2	
TOTAIS EP	3	3	25	5	26	7	24	2	16	20	2	12	0	7	2	1	6	24	11	4	10	16	26	29	7	2	20	11	

Legenda:

Ass Nacional = Assunto nacional (visto como um problema do próprio país ou com uma visão nacional e de envolvimento)
 Ass. Internacional = Assunto internacional (como problema internacional; nenhuma referência ao país)
 P-M = Primeiro-Ministro (José Sócrates ou José Luis Zapatero)
 MNE/MD = Ministério dos Negócios Estrangeiros ou Ministério da Defesa